

PUBLICIDADE LEGAL

União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda

Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Valores expressos em mil reais (As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Balancete Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	2020	2019	
Ativo			
Ativo Circulante	9.019	11.733	
Disponibilidades (Nota 5)	7.455	7.927	
Disponib. em Moeda Nacional	6.159	3.870	
Disponib. em Moeda Estrangeira	1.296	4.057	
Outros Créditos (Nota 6)	1.564	3.753	
Carteira de Câmbio	553	3.318	
Diversos	1.011	435	
Outros Valores e Bens	0	53	
Comissões Antecipadas	0	53	
Ativo não circulante	202	289	
Imobilizado de Uso (Nota 7)	145	198	
Outras Imobilizações de Uso	208	238	
(Depreciações Acumuladas)	(63)	(40)	
Intangível (Nota 7)	57	91	
Ativos Intangíveis	168	168	
(Amortização Acumulada)	(111)	(77)	
Total do Ativo	9.221	12.022	
Passivo			
Passivo Circulante	5.392	7.964	
Outras Obrigações	5.392	7.964	
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Asemelhados	785	113	
Carteira de Câmbio	553	3.294	
Sociais e Estatutárias	0	43	
Fiscais e Previdenciárias (Nota 8.a)	668	452	
Diversas (Nota 8.b)	3.386	4.062	
Patrimônio Líquido	3.829	4.058	
Capital (Nota 9)	1.550	1.550	
Reserv. de Lucros (Nota 10)	2.279	2.508	
Total do Passivo	9.221	12.022	

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2020 e 2019 (Em R\$ Mil)

Nota 1) Contexto Operacional: A empresa, com sede em Porto Alegre, na Rua dos Andradas, nº 1001, conjunto 1602, sala A, bairro Centro, Rio Grande do Sul, é uma sociedade por quotas de responsabilidade Ltda., e tem por objeto social: compra e venda de moeda estrangeira em cheques vinculados a transferências unilaterais; compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques e cheques de viagem relativos a viagens internacionais; transferências de e para o exterior, de natureza financeira, não sujeita ou vinculada a registro no Banco Central do Brasil, até o limite de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas; operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior.

Nota 2) Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, observando-se os conceitos contidos na Lei nº 6.404/1976, ressalvadas as modificações introduzidas através das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, em observância às normas regulamentares emanadas do Banco Central do Brasil. b) As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativas contábeis. c) Para efeito de comparabilidade, as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2020 estão acompanhadas das demonstrações de 31/12/2019. d) A Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2020 e 2019 foram elaboradas pelo Método Indireto, conforme

Nota 3) Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas pela Companhia são as seguintes: a) O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pró rata dia) e cambiais auferidos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas. c) Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, que incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pró rata dia) e/ou cambiais incorridos. d) As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000,00 ao ano e para contribuição social a alíquota é de 15%. e) Os bens do ativo imobilizado e intangível estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada com base na estimativa de vida útil dos bens.

Nota 4) Composição de Caixa e Equivalentes de Caixa: O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	7.927	7.927

Nota 5) Disponibilidades: A composição desta rubrica é a seguinte:

	2020	2019
Disponib. moeda nacional	6.159	3.870
Caixa	3.491	2.274
Depósitos Bancários	2.668	1.596
Disponib. moeda estrangeira	1.296	4.057
Caixa (1)	743	3.007
Depósitos Bancários	553	1.050
Total	7.455	7.927

Nota 6) Outros Créditos: A composição desta rubrica é a seguinte:

	2020	2019
Direitos sobre Vendas de Câmbio	553	3.318
Adiantamentos	-	400
Depósito Judicial	950	-
Garantia Contrato Concessão	35	35
Outros Créditos	26	26
Total	1.564	3.753

Nota 7) Ativo Permanente: Imobilizado: No exercício findo em 31/12/2020 o Ativo Imobilizado estava representado, conforme demonstra o quadro abaixo:

	Taxa	Saldos	Deprec.	Residual	Residual
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado					
Instalações	20%	194	(50)	144	165
Móveis e Equipamentos	10%	9	(8)	1	3
Sistema Segurança	20%	5	(5)	-	13
Veículos	20%	-	-	-	29
Total		208	(63)	145	198

Nota 8) Outras Obrigações:

a) Fiscais e previdenciárias: A composição desta rubrica é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Diversas	251	290
Imp. e Contribuições s/Lucro a Pagar	-	-
Imp. e Contribuições s/Serv. Terceiros	70	39
Imp. e Contribuições s/Salários	141	31
Outros	206	92
Total	668	452

b) Diversas: A composição desta rubrica é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Diversas	32	71
Despesas de Pessoal	-	-
Juros ao Capital	-	-
Credores Diversos (1)	3.354	3.991
Total	3.386	4.062

Relatório dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs. Diretores da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da corretora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a corretora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 29 de março de 2021. Suzana Tomazoni Pereira - CRCRS Nº 63.273. Ramires & Cia - Auditores Independentes S/S CRCRS Nº 4.168.

Relatório dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs. Diretores da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Alternativa Corretora de Câmbio Ltda em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da corretora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a corretora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 29 de março de 2021. Suzana Tomazoni Pereira - CRCRS Nº 63.273. Ramires & Cia - Auditores Independentes S/S CRCRS Nº 4.168.

CONTEÚDO ESPECIALIZADO NAS REDES SOCIAIS.



Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

CNPJ 17.508.380/0001-72 NIRE 43207317092

	2º Sem. 2020	2º Sem. 2019
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido Semestre/Exercício	35	87
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	29	61
Perda Venda Imobilizado	26	26
Sub Total	90	174
(Aum./Red. Outros Créditos Aum./Red. Outros Valores e Bens Aum./Red.) Outras Obrigações	(716)	2.189
Caixa Líq. das Ativ. Operacionais	1.207	(1.572)
Caixa Líq. das Ativ. de Investim.		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	0	0
Caixa Líq. das Ativ. de Investimentos	0	0
Fluxos Caixa das Ativ. de Financiam.		
Integralização de Capital	0	0
Distribuição de Lucros	(30)	(316)
Caixa Líq. das Ativ. de Financiam.	(30)	(316)
Caixa e Equiv. Caixa no início do Exerc.	7.455	7.927
Caixa e Equiv. Caixa no final do Exerc.	1.177	(472)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reserva	Lucros	Sem. Total
	Realiz.	de Lucros	Acumul.	
Eventos Saldos 30/06/2020	1.550	2.222	52	3.824
Lucro Líq. do Período	-	-	35	35
Destinações:				
Reservas	-	57	(57)	-
Dividendos	-	-	30	30
Saldos 31/12/2020	1.550	2.279	-	3.829
Saldos 31/12/2019	1.550	2.508	-	4.058
Lucro Líq. do Período	-	-	87	87
Reversão reserva	-	(229)	229	-
Destinações				
Dividendos	-	-	(264)	(264)
Juros s/ capital próp.	-	-	(52)	(52)
Saldos 31/12/2020	1.550	2.279	-	3.829
Saldos 31/12/2018	1.550	1.333	-	2.883
Lucro Líq. do Período	-	-	1.370	1.370
Destinações:				
Reservas	-	1.175	(1.175)	-
Juros s/ capital próp.	-	-	(195)	(195)
Saldos 31/12/2019	1.550	2.508	-	4.058

Nota 9) Capital Social: O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.550 (um milhão e quinhentos e cinquenta mil reais), formado por 1.550.000 cotas de valor nominal de R\$ 1, pertencentes a cotistas domiciliados no País. **Nota 10) Reserva de Lucros:** A empresa constituiu reserva de seus lucros ainda não distribuídos, mantendo nesta conta em 31/12/2020 o valor de R\$ 2.279, a disposição da Diretoria. **Nota 11) Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital:** A Corretora está adequando a estrutura de gerenciamento de seus riscos para atender a Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital. **Nota 13) Eventos Subseqüentes:** A Administração da Corretora tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Corretora está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Corretora, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos. Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Nota 14) Outras Informações: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMI. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03); Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 3.973/11 - Evento Subseqüente (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro (CPC 23 - Produzirá efeitos a partir de 01/01/2012); Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016); Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (2016); Resolução nº 4.818/20 - Resultado por Ação (CPC 41). Atualmente não é possível estimar quando o CMI irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2020.
Luís Carlos Cruz de Oliveira
CPF 388.185.820-20 - Diretor Financeiro
Carlos Gobert de Oliveira - CRC/RS 43049 - Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO RIO AZUL

PROCESSO Nº 025/2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

OBJETO: Aquisição mensal de até 2.000 (dois mil) litros de Gasolina Comum e de até 18.000 (dezoito mil) litros de Diesel S10. **CONTRATADA:** AUTO POSTO CAOVILO LTDA, CNPJ nº 00.068.804/0001-22. **VALOR AO LITRO:** Gasolina Comum a R\$ 6,06 (seis reais e seis centavos) e Óleo Diesel S10 a R\$ 4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos). **VIGÊNCIA:** 03 (três) meses podendo prorrogar por mais três, a contar do dia 02.04.2021. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93. Barra do Rio Azul, RS, 01 de abril de 2021. **MARCELO ARRUDA,** Prefeito Municipal.

Todeschini S/A Indústria e Comércio

CNPJ 87.547.170/0001-79 NIRE: 4330001431

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação: Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 16 de abril de 2021, às 10:30 horas, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** I) - Em regime ordinário: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Eleição do Presidente do Conselho Consultivo; e) Fixação da remuneração dos Administradores; f) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal; II) - Em regime Extraordinário: a) Deliberar sobre alterações na representação da administração e consequentes alterações dos artigos 1º, 15º e 16º do Estatuto Social; e b) Outros assuntos de interesse social. Bento Gonçalves/RS, 05 de abril de 2021. Paulo Farina - Diretor/Presidente.

SINDICATO DAS LAVANDERIAS E SIMILARES DO RIO GRANDE DO SUL - SINDLAV/RS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato das Lavanderias e Similares do Rio Grande do Sul - SINDLAV/RS,